



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3517 - MG (2021/0219586-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**REQUERENTE** : EMERGE BH PUBLICIDADE S.A.  
**ADVOGADOS** : WALTER VIEIRA CENEVIVA - SP075965  
MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES E OUTRO(S) -  
DF022071  
IZABEL CRISTINA PINHEIRO CARDOSO PANTALEÃO  
FERREIRA - SP223754  
**REQUERIDO** : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE  
**REQUERENTE** : EMPRESA DE TRANSP E TRANSITO DE B HORIZONTE SA  
**REQUERIDO** : CONSORCIO BHLESTE  
**REQUERIDO** : CONSORCIO DEZ  
**REQUERIDO** : CONSORCIO DOM PEDRO II  
**REQUERIDO** : CONSÓRCIO PAMPULHA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

### DECISÃO

Cuida-se de tutela provisória interposto por EMERGE BH PUBLICIDADE S.A., com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto, contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Alega a parte recorrente que "A plausibilidade da pretensão deduzida neste pedido de tutela provisória de urgência, que decorre da consistência do recurso especial interposto pela ora postulante, foi amplamente demonstrada no item anterior." (fl. 27).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte recorrente não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no

julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente